

OS CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS (EFA) E O COMBATE À ILITERACIA

José Xavier Dias

Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos da Torre / CLEPUL/ APEFA. diasxavier@hotmail.com

Resumo

A luta contra a iliteracia é um esforço que precisa ser desenvolvido com a participação de todos os interessados. O número de pessoas afetadas por este flagelo, que ainda é muito alto, atingindo uma em cada cinco pessoas em toda a Europa. É um fenómeno insidioso, porque é invisível e ainda subestimado, e verdadeiramente bem omnipresente. Para que se ganhe a luta contra a iliteracia, é essencial que as ações tenham em conta não só as dificuldades das crianças, mas também as dos seus pais, que muitas vezes são eles próprios afetados por esse problema. Na verdade, ter em conta as dificuldades que se verificam em algumas famílias têm um grande impacto sobre a capacidade para o progresso das crianças e jovens.

Outro foco igualmente fundamental é a formação para todos os que terão de estar em contato com os que são afetados pela iliteracia.

Neste sentido, é importante apostar na Aprendizagem ao longo da vida, quer seja formal, não formal e ou informal. No âmbito da formação formal destacamos os cursos de Educação e Formação de adultos (EFA). Estes cursos visam elevar os níveis de habilitação escolar e profissional da população portuguesa adulta, através de uma oferta integrada de educação e formação que potencie as suas condições de empregabilidade e certifique as competências adquiridas ao longo da vida. Os cursos EFA são um excelente veículo para o combate à iliteracia nos adultos, porque potenciam uma aprendizagem assente em percursos flexíveis e ajudam os adultos a adquirir competências indispensáveis para o dia-a-dia. Neste trabalho daremos como exemplo a experiência dos cursos EFA na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos da Torre.

Palavras-chave: Cursos EFA, aprendizagem ao Longo da Vida, iliteracia.

Abstract

Adult Education and Training (EFA) courses and the fight against illiteracy

The fight against illiteracy is an effort that needs to be developed with the participation of all stakeholders. The number of people affected by this scourge, which is still very high, reaching one in five people across Europe. It is an insidious phenomenon, because it is invisible and yet underestimated, and truly quite omnipresent. In order to win the fight against illiteracy, it is essential that actions take into

account not only the difficulties of children, but also those of their parents, who are themselves often affected by this problem. Indeed, taking into account the difficulties in some families has a major impact on the ability of children and young people to progress.

Another equally fundamental focus is training for all who will need to be in touch with those affected by illiteracy.

In this sense, it is important to focus on lifelong learning, whether formal, non-formal and informal. In the context of formal training we highlight the courses of Adult Education and Training (EFA). These courses aim to raise the educational and vocational levels of the Portuguese adult population through an integrated offer of education and training that enhances their employability conditions and certifies the skills acquired throughout their lives. EFA courses are an excellent vehicle for combating adult illiteracy because they enhance learning based on flexible pathways and help adults acquire indispensable skills for everyday life. In this communication we will give as an example the experience of EFA courses in the Elementary School of the 2nd and 3rd Cycles da Torre.

Keywords: EFA Courses, Lifelong Learning, Illiteracy.

Os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e o combate à iliteracia

“A aprendizagem não tem fim. A Aprendizagem ao Longo da Vida ajuda-nos a crescer e quanto mais crescemos, mais precisamos aprender”.

Ho Chi Minh (1890 – 1969)

São recentes os conceitos de iliteracia e literacia. Antes contentávamo-nos com os conceitos de analfabeto/alfabeto, iletrado/letrado. Definições que ainda permanecem na maioria dos dicionários portugueses, como por exemplo no dicionário Priberam, que refere: Iliteracia é a: “*Qualidade ou condição do que é iletrado; 2. Estado ou condição de quem não sabe ler nem escrever. = ANALFABETISMO, ALITERACIA, ILETRISMO e Incapacidade para perceber ou interpretar o que é lido. = ANALFABETISMO FUNCIONAL*”. Mas devido às vincadas e múltiplas transformações que o Mundo sofreu nos últimos 40 anos levaram à necessidade de serem introduzidas novas conceções e noções desse mesmo Mundo a originarem outras designações.

O analfabetismo foi e ainda é um dos maiores problemas dos países subdesenvolvidos. A luta para reduzir o analfabetismo é antiga e a sua supressão não tem sido possível, apesar de em muitos países ter reduzido consideravelmente. Segundo a UNESCO, “uma pessoa funcionalmente analfabeta é aquela que não pode participar de todas as atividades nas quais a alfabetização é requerida para uma atuação eficaz em seu grupo e comunidade, e que lhe permitem, também, continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo a serviço do seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua comunidade”.

De uma maneira geral entende-se por analfabeto o desprovido de instrução elementar capaz de lhe permitir ler e escrever. Para compreendermos o percurso do analfabetismo em Portugal devemos olhar um pouco para o passado e verificamos que a grande maioria da população portuguesa sempre viveu nas vascas do analfabetismo. Assim, em 1864, 88% dos portugueses com mais de sete anos de idade não sabiam ler, ao invés noutros países europeus de modestos recursos (à época) caso da Noruega e Finlândia apresentavam altas taxas de alfabetização. Por cá o combate ao analfabetismo originava discussões a favor da sua diminuição, no entanto, na prática os progressos eram demasiado lentos, assim em 1930, no referido grupo etário a taxa de analfabetismo ainda atingia a espantosa percentagem de 60%, a partir daí acelera-se a alfabetização, em 1970, a taxa situa-se nos 26%, continuando a ser alta no confronto com outros países que desde há muito apostavam na escolaridade obrigatória dos seus habitantes. A partir da instauração da democracia (1974) as políticas educativas investem fortemente na erradicação deste problema e nos dias de hoje a mesma é residual e localizada nas pessoas mais idosas e em grupos minoritários.

Segundo os censos de 2011, a taxa de analfabetismo em Portugal era 5,22%, sendo de 5,19% em Portugal continental, de 4,66% nos Açores e 6,97% na Madeira. Se analisarmos os dados segundo o género, verificamos que o número de mulheres analfabetas é superior ao dos homens (homens – 3,51% e mulheres 6,77%), esta situação também se regista na RAM onde temos 5,68% de homens analfabetos e a taxa das mulheres é de 8,10%. De referir que estes números foram actualizados em 2014 (Fonte: INE). Se fizermos uma comparação com os números dos censos de 1981, onde a taxa de analfabetismo era de 18,6% verifica-se um aumento considerável e tal deveu-se às políticas educativas dos diferentes governos constitucionais. No que respeita à RAM verificamos que a taxa de analfabetismo na região é superior à média nacional e se analisarmos a taxa de analfabetismo em Câmara de Lobos, região onde se situa a escola que irá ser apresentada neste texto, para exemplificar o papel dos cursos EFA no combate ao analfabetismo e à literacia, a mesma é muito superior à média nacional e à média regional, situando-se nos 11% (Fonte: INE).

Assim, apesar dos enormes progressos verificados, há a registar o crescimento dos denominados *analfabetos visuais* que no entender de escritores, investigadores na área da educação e da sociologia da leitura e outros intelectuais é fenómeno originário na cultura de massas onde o ato de ler e interpretar o lido são secundarizados. A este fenómeno chamamos iliteracia e podemos afirmar que analfabeto é o contrário de alfabetizado pois este último aprendeu a ler e a escrever com um mínimo de conhecimentos dos códigos alfabético e numérico e do sistema ortográfico. Dentro desta dicotomia, iliteracia é o contrário de literacia. Os atingidos pela iliteracia são incapazes de lidarem e utilizarem a generalidade dos materiais escritos. Ao invés, todos quantos possuem *capacidades de processamento de informação escrita na via quotidiana* vivem no universo da literacia (Fernandes, 2013).

É unanime referir que a educação de adultos é um domínio que se caracteriza

pela complexidade e diversidade. Segundo Rogers, 1974, a arte de ensinar adultos é uma arte flexível e bastante diferenciada cujos princípios podem ser aplicados e adaptados a uma extensa variedade de situações de ensino. Assim, em educação de adultos podemos falar de alfabetização, formação e atualização profissional, educação para a cidadania, educação para a saúde, iliteracia, entre outras possibilidades. Se verificamos a existência de um vasto número de áreas temáticas ou disciplinares no campo da educação de adultos, também é possível encontrar um grande número de níveis de educação que vão desde a alfabetização até à educação base e às pós-graduações (Bergano, 2002).

Nos últimos anos a preocupação política com a educação de adultos intensificou-se quando começa a ser necessário formar e educar as classes trabalhadoras. Com o desenvolvimento da sociedade industrializada acentuou-se também a consciencialização da urgência de estender a todos o acesso ao código escrito. Podemos então entender que a emergência dos movimentos de educação de adultos tem como principal objetivo dar aos adultos competências básicas de leitura e escrita (Bergano, 2002).

Na atualidade, desenvolvem-se inúmeros projetos e programas no sentido da erradicação da iliteracia existente em enormes bolsas populacionais cuja incapacidade do domínio da escrita no seu dia a dia as torna mais expostas e vulneráveis a toda a casta de dificuldades.

Ao longo dos séculos, os “proprietários” da escrita, os letrados, cientes do poder que detinham, o de veicular ideias e conhecimentos, através da conceção de documentos, criaram fossos e barreiras quase intransponíveis a todos quantos pretendiam aceder à compreensão do escrito pelos outros, e eles próprios passaram à condição de autores. A iliteracia continua a ser pandemia em diversas regiões do globo, apesar do esforço de organismos oficiais e não governamentais no seu combate. Efetivamente, a iliteracia, e o analfabetismo nas suas várias nuances, só são passíveis de extermínio através de fortes políticas de investimento na escolarização e na continuada prática da leitura nas suas diversas vertentes utilizando múltiplas ferramentas para esse efeito. Estudos de diversas proveniências e escolas de pensamento provam que quão mais forte e extensa é a escolaridade melhor é o nível de literacia. A luta contra a iliteracia tem suscitado o interesse de organização de variada índole, desde os anos sessenta do século passado uma das que mais se empenha nesse propósito é a Fundação Calouste Gulbenkian, abrangendo todos os países nos quais o português é a língua oficial. No decorrer dos séculos saliente-se o esforço da Igreja, notável esforço a render preciosos resultados, seja na irradiação do ensino através da ação das abadias, conventos, mosteiros e seminários, seja nos diferentes registos da missionação. Relevante papel que continua ainda a desempenhar (Fernandes, 2013).

A literacia é um processo contínuo, não uma dicotomia. Aprender competências de literacia e usá-las é um processo contínuo, relacionado com o contexto em que ocorre tanto dentro como fora de ambientes explicitamente educacionais, e ao longo da vida. Esta compreensão da literacia implica um desenvolvimento concertado de uma política intersectorial.

As taxas de literacia são, em grande parte, baseadas em dados e métodos simplistas e pouco fiáveis e será necessário criar novos instrumentos que possam medir de forma fiável os níveis de literacia dos cidadãos.

Podemos afirmar que a literacia é um alicerce indispensável, que permite aos jovens e adultos envolverem-se em oportunidades de aprendizagem em todas as fases da aprendizagem contínua. O direito à literacia é uma parte inerente do direito à educação. É um pré-requisito para o desenvolvimento do potencial pessoal, social, económico e político.

Como já referimos a luta contra a iliteracia é um esforço que precisa ser desenvolvido com a participação de todos os interessados. [...] Pensa-se que o número de pessoas afetadas por este flagelo em alguns países é elevadíssimo, como por exemplo em França, o mesmo atinge cerca de 2,5 milhões e uma em cada cinco na restante Europa. É um fenómeno insidioso, porque é invisível e ainda subestimado, e verdadeiramente bem omnipresente. A iliteracia é uma preocupação de todos os que lutam contra essa desvantagem social e verifica-se que cerca de 6% das pessoas afetadas por este fenómeno estão atualmente no mercado de trabalho.

Segundo estudos recentes, quase metade da população portuguesa em idade ativa não possui conhecimentos funcionais mínimos. Assim, podemos referir que embora saibam ler, escrever e contar, o seu nível de conhecimento (literacia) é insuficiente para o cabal desempenho das funções que exercem. A acreditarmos no Relatório do Desenvolvimento Humano publicado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) 48% da população portuguesa é considerada iletrada funcional, valor mais elevado da União Europeia (Júlio, 2018).

A mobilização europeia contra a iliteracia poderá recorrer aos programas europeus para a aprendizagem ao longo da vida, e mais especificamente, ao programa Erasmus +. Ultimamente a iliteracia é uma questão central no âmbito da Agenda Europeia para a Educação de Adultos, mas para que se ganhe a luta contra a iliteracia, é essencial que as ações tenham em conta não só as dificuldades das crianças, mas também as dos seus pais, que muitas vezes são eles próprios afetados por esse problema. Na verdade, ter em conta as dificuldades que se verificam em algumas famílias têm um grande impacto sobre a capacidade para o progresso das crianças.

Outro foco igualmente fundamental é a formação para todos os que terão de estar em contato com os que são afetados pela iliteracia. Hoje em dia estão identificadas inúmeras literacias: *Literacia Literária*; *Literacia da Saúde*; *Literacia Digital*; *Literacia dos Oceanos*; *Literacia dos Média*; *Literacia Cultural*; *Literacia Científica*; *Literacia Familiar*; *Literacia Numérica*; entre outras...

Em Portugal apesar de os números de analfabetismo e dos problemas de iliteracia de muitos portugueses, muito se tem feito e como já verificamos é um exemplo disso foi a criação dos cursos EFA e do Processo de Reconhecimento e Validação e Certificação de Competências, há vinte anos atrás. Mas para compreendermos melhor estas ofertas formativas iremos fazer uma breve apresentação da Educação de Adultos em Portugal.

Assim, durante 48 anos, no nosso país o regime autoritário não permitiu a im-

plementação de um sistema de educação de adultos capaz de proporcionar a participação de todos em iniciativas de educação de formação ao longo da vida. Após o 25 de abril, reforçou-se a atenção do poder político sobre esta problemática e a sociedade civil desenvolveu igualmente um conjunto de iniciativas neste campo.

Com a lei de bases do sistema educativo (1986) a Educação de Adultos é enquadrada em torno de três valências: a formação profissional, o ensino profissional e a educação extraescolar. Mas a política pública de educação de adultos continuou a ser inexistente. Entre 1995 e 2002 foram avançadas propostas de relançamento da educação de adultos, com destaque para a criação da ANEFA (1999) e consequentemente dá-se o aparecimento do sistema de reconhecimento e validação de competências e o início dos cursos os Cursos de Educação e Formação para Adultos (EFA). Estes visam elevar os níveis de habilitação escolar e profissional da população portuguesa adulta, através de uma oferta integrada de educação e formação que potencie as suas condições de empregabilidade e certifique as competências adquiridas ao longo da vida.

Estes cursos são então uma oferta de educação e formação para adultos, que possam baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional e pretendam elevar as suas qualificações, assente em percursos flexíveis. Os mesmos cursos dão a possibilidade de adquirir habilitações escolares, com vista a uma (re)inserção e são constituídos por componente de Formação Base e de Formação Tecnológica, ou apenas uma destas. Os destinatários são todos os adultos com idade igual ou superior a 18 anos (a título excepcional, poderá ser aprovada a frequência num determinado Curso EFA a formandos com idade inferior a 18 anos, desde que estejam inseridos no mercado de trabalho); todos aqueles que pretendam completar o 6.º, 9.º ou 12.º anos de escolaridade e todos os que pretendam completar os seus estudos e simultaneamente adquirir formação profissional de Nível I, Nível II, Nível III e Nível IV. Na Região Autónoma da Madeira os mesmos estão enquadrados através da Portaria n.º 80/2008, de 27 de junho, alterada pela Portaria 74/2011, de 30 de junho.

Esta formação reveste-se de uma importância estratégica no quadro das políticas de educação e formação ao longo da vida, na medida em que visa potenciar a qualificação da população adulta, por via da valorização das competências adquiridas, ao longo da vida, em diferentes contextos, no sentido de aumentar a competitividade do tecido empresarial, face aos desafios provocados pela globalização da economia e pela inovação tecnológica.

Estes sofreriam significativas alterações em 2005, com o início do programa Novas Oportunidades. Este programa assentava em dois pilares: fazer do ensino profissionalizante de nível secundário uma verdadeira e real opção e elevar a formação de base dos ativos.

Por fim, em 2009 com a tomada de posse do vigésimo nono Governo a Educação de Adultos fica de novo sujeita a uma diluição. A Agência Nacional da Qualificação dá lugar à Agência Nacional da Qualificação e Ensino Profissional (2012), os CNO dão lugar aos Centros para a Qualificação e Ensino Profissional (CQEP'S) e as inscrições para os cursos EFA a nível nacional, são congeladas. Posteriormente

no trigésimo Governo Constitucional volta a haver mudanças e os Centros passam a designar-se Centros Qualifica e os Processo de RVCC e os cursos EFA voltaram a ter um novo impulso.

Apesar da indefinição a nível nacional em redor da Educação de Adultos em geral e dos Cursos EFA, em particular, felizmente na Região Autónoma da Madeira a aposta na educação de adultos tem continuado. Desde o aparecimento destes cursos no ano letivo de 2008/2009 e de uma forma mais abrangente a partir de 2009, o número de adultos inscritos (Componente Base, Dupla Certificação e Formações Modulares) tem aumentado consideravelmente. Segundo dados do Observatório Regional de Educação, em 2008/2009, estavam matriculados nos cursos EFA 30 adultos e no Processo RVCC 523. No ano a seguir o número de inscritos aumentou para 340 dos cursos EFA e para 627 no Processo RVCC. No que concerne aos Cursos EFA o ano com mais adultos matriculados foi 2014/2015, com 843, contrastando com O RVCC onde somente estavam inscritos 7 adultos. Segundo os últimos dados disponíveis em 2017/2018 tínhamos a frequentar os cursos EFA na Região Autónoma da Madeira 673 formandos e o processo RVCC 80 (Tabela 1), distribuídos pelos três centros actualmente em funcionamento (Centro Qualifica do Instituto para a Qualificação; Centro Qualifica da Escola Profissional Cristóvão Colombo e Centro Qualifica da Escola de Hotelaria e Turismo da Madeira). No que concerne aos cursos EFA os mesmos funcionam actualmente em Escolas Básicas e Secundárias de todos os concelhos, à excepção de S. Vicente e Porto Moniz, em regime nocturno e em algumas escolas em regime diurno. Em termos totais concluíram os cursos EFA com sucesso entre 2008 e 2018, 6184 formandos e concluíram o Processo RVCC 2455 (gráfico 1). Se fizermos uma análise por ciclo, verificamos que concluíram o 2.º ciclo (B2) 708 formandos e o RVCC 198 (Gráfico 2). No que concerne ao B3 (3.º ciclo) concluíram com sucesso os cursos EFA 1166 e o Processo RVCC 1765. Por fim, no ensino secundário verificamos que concluíram com sucesso os cursos EFA 4310 e o RVCC 494. Relativamente às Formações Modulares não foi possível recolher dados estatísticos. Por fim, é oportuno referir que na região existe ainda o Ensino Recorrente do 1.º ciclo e a Melhoria de Conhecimentos, em algumas escolas do 1.º ciclo e com excelentes resultados, sendo esta uma boa ferramenta do combate ao analfabetismo e à iliteracia.

Seguidamente apresentamos o exemplo da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos da Torre que desde a criação tem apostado fortemente na Educação de Adultos. É de referir que esta Escola foi criada em 1993, pela portaria n.º 17/93 de 24 de fevereiro, encontra-se situada na freguesia e concelho de Câmara de Lobos e é frequentada por crianças e adultos oriundos deste concelho, na sua maioria provenientes do Bairro Social da Torre. Esta escola localiza-se numa área geográfica marcada por inúmeras desigualdades sociais e problemas a nível económico. Um considerável número dos seus habitantes tem poucas habilitações escolares, nomeadamente os agregados familiares dos alunos do ensino diurno. Num estudo promovido pelo Projeto Europeu EUPARS (PROALV - Grundtvig), concluiu-se que mais de 50% dos pais dos nossos alunos possuem somente o 4.º ano de escolaridade. Segundo dados recolhidos pelos diretores de turma da referida escola ao longo dos vários

anos, verificamos que 44% dos pais e 42% das mães têm o 1.º ciclo completo. Paralelamente, segundo os censos de 2011 verificamos que no Concelho 11% da população não tem qualquer nível de educação, 36% possuem o 1.º ciclo (cerca de 9000 pessoas), 14% o 2.º ciclo; 15% o 3.º Ciclo, 13% o Ensino Secundário e 6% o Ensino Superior (Fonte: INE), gráfico 3.

Por fim, tendo em conta os dados recolhidos pelos diretores de turma da escola em causa no ano letivo 2019/2020, os números continuam muito aquém das expectativas. Assim no 2.º ciclo verificamos que 22% dos pais / mães dos alunos que actualmente frequentam a escola, tem somente o 1.º ciclo; 10,4% o 2.º ciclo; 16,9% o 3.º ciclo; 3,9% o Ensino Secundário e 3,9% possuem licenciatura.

Relativamente ao 3.º ciclo verificamos que 33,3% dos pais e mães tem somente o 1.º ciclo; 19,8% possuem o 2.º ciclo; 18,8% o 3.º ciclo; 18,8 o ensino secundário e 6,3% o ensino superior. Apesar de todos os esforços feitos infelizmente os números apresentados são desencorajadores e ainda há um longo caminho a percorrer. Para tal, é necessário que se continue a apostar no Ensino de Adultos, nomeadamente na modalidade EFA e toda a comunidade deverá estar em consonância desde o poder autárquico, à Segurança Social, ao Centro de Emprego e a outras instituições públicas e privadas.

A nível de População Escolar, no ano letivo de 2019/2020 a Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos da Torre possui uma população de 780 alunos distribuídos pelos 2.º e 3.º ciclos (incluindo dois Cursos de Educação e Formação) e pelos cursos EFA (Ensino e Formação de Adultos).

Relativamente ao corpo docente e não docente a escola conta com 143 professores distribuídos pelos diferentes departamentos curriculares e níveis de ensino e com 48 funcionários nas várias funções. Salienta-se que nos cursos EFA lecionam atualmente 11 professores.

Ao longo dos últimos anos a Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos da Torre tem apostado no ensino para adultos, nomeadamente no ensino noturno recorrente 2.º Ciclo e 3.º Ciclos, no projeto «Nós Pais na Escola», em Workshops, em projetos Europeus (Sócrates, Programa Aprendizagem ao Longo da Vida e Programa ERASMUS + Adultos) e desde 2009 nos Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA), Componente Base, Dupla Certificação e Formações Modulares. Assim, desde 2009, já se matricularam 1026 adultos, sendo o ano letivo de 2011/2012 o ano com o maior número de matrículas, 177. No que concerne à certificação, até ao final do ano letivo de 2018/2019 tivemos 377 formandos certificados. De referir que ao longo dos anos, muitos formandos têm concluído os 3 ciclos connosco (B2, B3 e NS). No presente ano letivo, registamos 90 matrículas em 7 grupos: um grupo de B2; 3 grupos de B3 (sendo um deles de dupla certificação de Cozinheiro) e 3 grupos de NS (sendo um deles de Dupla Certificação de Técnico de Multimédia).

Ao longo dos dez anos de cursos EFA muitas tem sido as atividades e projetos que temos realizado. A título de exemplo no ano letivo de 2018/2019 organizamos 53 atividades diferentes, muitas delas fora da escola. Destacamos as atividades rela-

cionadas com o Tema de Vida e Atividade Integradora, que no ano letivo em causa era *Madeira 600 anos*. Tal como no anos anteriores selecionamos um tema aglutinador para todos os grupos e depois cada grupo seleciona um subtema e faz uma planificação detalhada do mesmo, com a colaboração de todas as áreas de competências chave e no final do ano realiza-se a Apresentação Pública, normalmente esta tem decorrido no Auditório da Casa da Cultura de Câmara de Lobos em dois momentos diferentes e aberta à toda a comunidade.

Além das atividades relacionadas com o Tema de Vida/Atividade Integradoras e das atividades propostas pelas diferentes equipas pedagógicas, ao longo dos anos temos participado em atividades propostas por diferentes estruturas de gestão intermédia da nossa escola, pelos próprios formandos e por instituições fora da escola, com destaque para a Câmara Municipal de Câmara de Lobos e a Casa do Povo de Câmara de Lobos, que tem sido parceiros da escola e em particular dos cursos EFA ao longo dos últimos anos. Dentro das atividades realizadas anualmente destacamos a participação e dinamização e alguns projetos, nomeadamente o Projeto Memórias d'Outrora, em conjunto com a Casa do Povo de Câmara de Lobos, no qual realizamos vários eventos para a promoção das brincadeiras e tradições populares madeirenses, onde destacamos o concurso Joeiras no Ilhéu este ano realizaremos a décima edição), a construção de brinquedos tradicionais (“carros de pau”) e organização de duas corridas com estes brinquedos em Câmara de Lobos) e a construção e lançamento de balões de S. João. Dentro deste projeto temos realizado inúmeras exposições, conferências, publicação de artigos e brevemente publicaremos um livro sobre as Joeiras, assim como um documentário em vídeo. Destaque também para duas publicações com trabalhos de recolha dos nossos formandos, uma sobre a gastronomia intitulado *As nossas receitas de Câmara de Lobos* e o outro sobre a literatura oral e tradicional. Destacamos ainda algumas atividades que realizamos anualmente, como as leituras EFA – Conversas à volta dos livros, onde convidamos escritores para apresentar e falarem das suas obras; ciclos de conferências; museus aos sábados; ciclos de cinemas; exposições entre outras iniciativas.

Temos igualmente participado em concursos promovidos por outras instituições, onde já arrecadamos vários prémios, com destaque para o concurso de espanhais, concurso literário *Rimando com o Feiticeiro da Calheta* e concurso EDUROV (Construção de submarinos).

No presente ano letivo optamos por canalizar as nossas atividades sobre o combate à iliteracia, com destaque para a iliteracia marítima. Para tal integramos a rede de escola Magalhánicas, participamos em projetos de leitura de autores clássicos em colaboração com a CLENARDVS, participamos no concurso Flashes literários, fizemos a inscrição para o Projeto Ler + Adultos do Ministério da Educação e temos dois projetos ERASMUS+ a decorrer.

Tabela I – Alunos que concluíram cursos EFA e RVCC por ano letivo, nível e oferta.

Nível e modalidade ou tipo de ensino	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
Total EFA	30	340	611	776	732	667	853	828	674	673
Total Processos RVCC	523	627	193	170	555	204	7	56	40	80
2.º Ciclo	55	102	95	91	107	98	111	88	81	76
EFA - C. Educ. e Formação de Adultos	8	71	69	72	56	84	111	82	81	74
Processos RVCC	47	31	26	19	51	14	6			2
3.º Ciclo	409	537	256	269	490	226	158	253	153	180
EFA - C. Educ. e Formação de Adultos	0	61	108	131	136	97	151	222	129	131
Processos RVCC	409	476	148	138	354	129	7	31	24	49
Secundário	89	328	453	586	690	547	591	543	480	497
EFA - C. Educ. e Formação de Adultos	22	208	434	573	540	486	591	524	464	468
Processos RVCC	67	120	19	13	150	61	19	19	16	29

FONTE: OERAM

Formandos que concluíram cursos EFA e RVCC
Total nos 10 anos letivos de 08/09 a 17/18

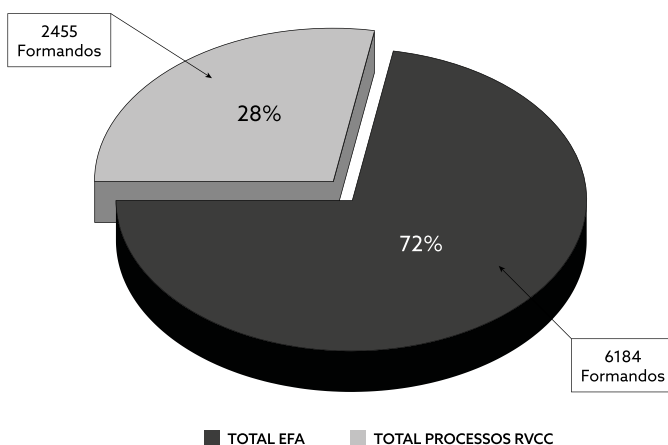


Gráfico 1 – Número de formandos que concluíram cursos EFA e RVCC na Região Autónoma da Madeira entre os anos letivos 2008/2009 e 2017/2018.

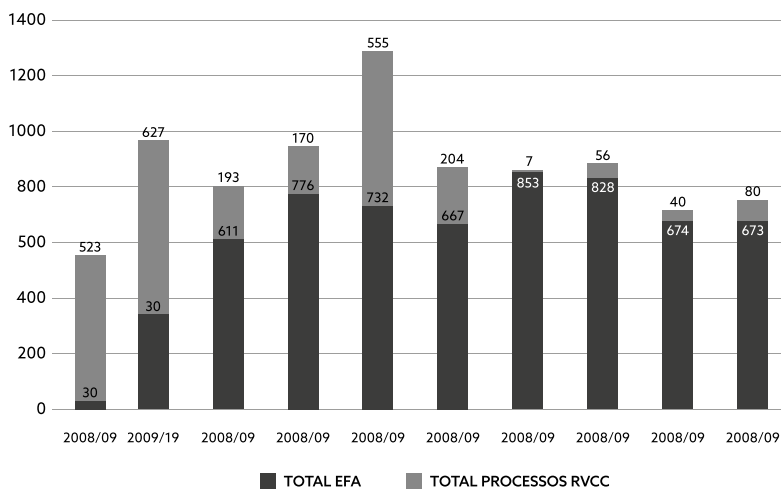


Gráfico 2 – Número de formandos que concluíram cursos EFA e RVCC na Região Autónoma da Madeira.

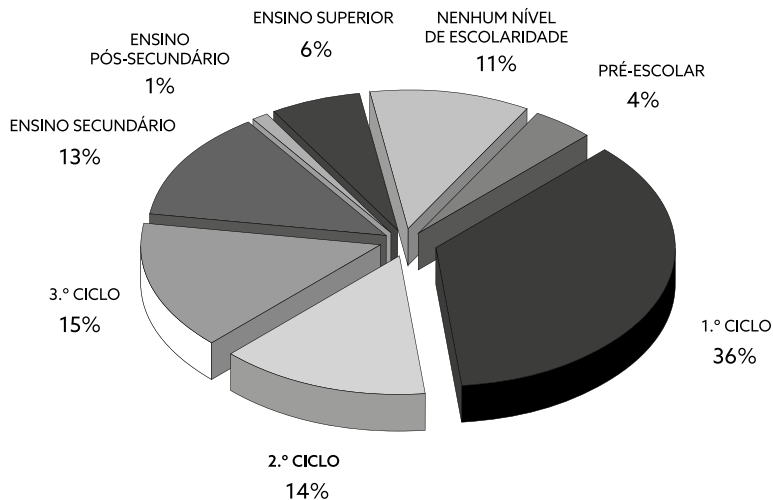


Gráfico 3 – Níveis de educação no concelho de Câmara de Lobos.

FONTE: INE, Censos 2011

Por fim, destacamos a realização este ano letivo da segunda Semana Aprender ao Longo da Vida, onde dinamizamos inúmeras atividades, com destaque para a realização de visitas de estudo, conferências, uma caminhada, exposições e o Fórum de Reflexão sobre a Educação de adultos.

Todas estas atividades e projetos tem tido uma participação maciça dos nossos formandos, dos seus familiares e a da comunidade em geral. A avaliação feita das mesmas tem ultrapassado as nossas expectativas e procuramos sempre que possível divulgar o trabalho realizado, através de diferentes canais, como por exemplo as redes sociais, um blogue, o site da nossa escola, a comunicação social regional, entre outros.

Para concluir gostaríamos de referir que este trabalho de dez anos de cursos EFA é a prova viva de que deveremos continuar a apostar na educação de adultos em Portugal.

É ainda oportuno afirmar que no nosso país e em outras nações a educação de adultos começa a ser conceptualizada como um direito dos cidadãos, é entendida como condição necessária à evolução das sociedades modernas e democráticas. Mas, agora, não só numa perspetiva não meramente economicista, e, portanto, quantitativa, de maior produtividade e crescente rendimento, mas antes numa perspetiva qualitativa de maior qualidade de vida dos indivíduos e dos povos (Bergano 2002).

Esta deve manter uma abordagem holística e abrangente e contribuir para a eliminação das desigualdades e discriminações. Há que superar e prevenir visões instrumentalistas que reduzem a educação a servir o mercado e a privam da sua função transformadora e crítica. A natureza da educação como bem público deve ser preservada, bem como o seu carácter de inclusão, a sua natureza livre e de qualidade (Dias, 2014).

Assim, a principal função da educação de adultos é ajudar as pessoas a compreender e a influenciar as mudanças económicas que afetam os cidadãos. Esta é uma necessidade absoluta, se quisermos alcançar uma abordagem integrada do desenvolvimento sustentável, com coesão e coerência e é um processo largo e multiforme que se confunde com o processo de vida de cada indivíduo (Canário, 1999).

Lista de referências bibliográficas:

BERAGANO, Sofia (2002). *Filosofias de Educação de Adultos*, Tese de Mestrado pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação Universidade de Coimbra.

CANÁRIO, R. (1999). *Educação de adultos – Um Campo e uma Problemática*, Lisboa: Educa.

DIAS, José X. (2012). *Cidadania ativa: as migrações – Uma experiência de aprendizagem com formandos dos cursos de Educação e Formação de Adultos da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos da Torre*. In, *Anuário do CEHA*, Funchal, CEHA, pp. 363-369.

ROGERS, Jennifer (1974). *Ensino de Adultos*, Coleção Formação Humana, Editorial Pórtico, Lisboa.

Referencial de Competências Chave – Educação e Formação de Adultos (2006). Direção-Geral de Formação Vocacional (DGFV).

Revista Diversidades (2013) N.º 39, Direção Regional da Educação, Funchal.

Webgrafia e outras publicações:

Carta Educativa de Câmara Lobos.

Diagnóstico Social Participado (2016). Câmara Municipal de Câmara de Lobos.

<http://www.direitodeaprender.com.pt/>, acedido a 10/03/2019.

http://www.direitodeaprender.com.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=847&Itemid=1, acedido a 10/03/2019.

<http://www.anqep.gov.pt/aaaDefault.aspx?f=1&back=1&codigo-no=57615817AAAAAAAAAAAAAAAAA#temas>, acedido a 10/03/2019.

Francisco Fernandes (2013) in, <http://euroogle.com/dicionario.asp?definicao=1354>, acedido a 10/03/2020.

“Iliteracia”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/iliteracia>, a cedido a 03/03/2020.

<https://www.infoescola.com/educacao/analfabetismo/>, acedido a 3/03/2020.

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006731&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=PT, acedido a 3/03/2020.

José Júlio (2018), in <https://www.dnoticias.pt/opinioao/artigos/iliteracia-GM3295181>, acedido a 11/03/2020